

Euclides da Cunha e “Os Sertões”: “questão social”, autoritarismo e capitalismo na República Oligárquica.

Mario Miranda Júnior

Sociólogo da FESPSP
Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais/Unifesp
Doutorando em Economia Política/UFABC

Resumo

O texto destaca a “questão social” como categoria que articula elementos “arcaicos e modernos”, conforme o capitalismo tardio e periférico, reproduzindo o padrão da dependência. Considerando o pensamento político e social brasileiro, o processo histórico que enseja a nossa formação social e modo de produção que estrutura e organiza a sociedade, se caracteriza pela “modernização conservadora” e padrões autoritários que assentam a dominação burguesa.

Assim, a partir da obra “Os Sertões”, referência primordial nas Ciências Sociais no Brasil, cujo autor protagoniza a vida pública e intelectual brasileira desde de 1880, inaugurando a análise da nossa formação sociohistórica na perspectiva científica e conservadora, articulando jornalismo, literatura e debate científico, reflete a oposição entre o arcaico e o moderno, civilização e barbárie, sertão e litoral, cidade e campo, brancos e negros ou mestiços. Retrata o choque brutal entre a sociedade estamental-senhorial-escravocrata e a sociedade burguesa de classes capitalista ascendente. Por fim, reflete os dilemas teóricos, políticos e sociais do seu tempo, fulgurando o século XX republicano, liberal, capitalista, moderno e autoritário, cuja repressão a “questão social” e a luta de classes consagraria a República Oligárquica, culminando com a consolidação do capitalismo brasileiro, a burguesia industrial, a ascensão do proletariado e o surgimento das Ciências Sociais no Brasil.

Palavras chave: “questão social”; autoritarismo; modernização conservadora; capitalismo periférico e dependente.

Abstract

The text highlights the "social issue" as a category that articulates "archaic and modern" elements, according to the late and peripheral capitalism, reproducing the dependency pattern. Considering Brazilian political and social thought, the historical process that gives rise to our social formation and the mode of production that structures and organizes society is characterized by "conservative modernization" and authoritarian patterns that underpin bourgeois domination.

Thus, based on the work "Os Sertões" (The Backlands), a primordial reference in the Social Sciences in Brazil, whose author is a protagonist of Brazilian public and intellectual life from the 1880s on, inaugurating the analysis of our socio-historical formation from a scientific and conservative perspective, articulating journalism, literature and scientific debate, it reflects the opposition between the archaic and the modern, civilization and barbarism, backlands and coast, city and countryside, whites and blacks or half-breeds. It portrays the brutal clash between the statist-slaveholding society and the ascendant capitalist bourgeois class society. Finally, it reflects the theoretical, political and social dilemmas of its time, gleaming the republican, liberal, capitalist, modern and authoritarian 20th century, whose repression of the "social question" and the class struggle would enshrine the Oligarchic Republic, culminating with the consolidation of Brazilian capitalism, the industrial bourgeoisie, the rise of the proletariat and the emergence of the Social Sciences in Brazil.

Key words: "social question"; authoritarianism; conservative modernization; peripheral and dependent capitalism.

Introdução

A obra "Os Sertões" inaugura o século XX e, por assim dizer, as Ciências Sociais no Brasil. Pode parecer exagero, mas, de fato, é uma obra superlativa, exuberante, exorbitante mesmo. O século XX não poderia começar de maneira mais emblemática no Brasil, em termos de uma obra tão contundente – tanto a do notável escritor quanto a do Exército republicano que inspirou à sua produção. O século que consolidaria o Brasil moderno – capitalista, burguês, industrial, urbano, liberal e republicano -, com todas as suas tradições e contradições. Assim é também a obra de Euclides da Cunha, o choque e a síntese de dois Brasis: o arcaico e o moderno¹.

A Enciclopédia Britânica² destaca que "Os Sertões" foi a "primeira manifestação escrita em favor do Brasil dos excluídos – a pedra angular de todos os estudos" que, a despeito da forma, o sucederam na busca de "revelar as potencialidades e debilidades da

¹ Walnice Nogueira (2010, p. 77) fala em antítese. Euclides, para ela, na "impossibilidade de realizar uma síntese, ou mesmo sínteses parciais", constrói o texto "jogando com todo tipo de antítese", capaz de dar forma a figuras exóticas, "que aproxima extremos, o oxímaro – "Tróia de taipa", "Hércules-Quasimodo".

² Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Euclides-da-Cunha>. Acesso em: 20/03/2022.

nação”, despontando a “figura que emerge do Brasil profundo, o sertanejo”. Pode-se avaliar a envergadura de “Os Sertões” de várias maneiras: pelo seu sincretismo, cientificismo, arrojado estilo literário, interlocutores - científicos e literários -, crítica e impacto social. É a obra fundamental que articula a produção literária-jornalística com a análise científica. Foi com essa polêmica que o Brasil veio ao século XX – sob a pena, a pólvora, o sabre e o sangue.

Segundo Nicolazzi (2010, p. 254), tanto Florestan Fernandes quanto Antônio Cândido consideram “Os Sertões” uma reviravolta no Brasil. Para o primeiro se trata do principal “ensaio de descrição sociográfica e de interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no Brasil. Com seus defeitos e limitações, e apesar da ausência de intenção sociológica, essa obra possui o valor de um verdadeiro marco”. Antônio Cândido, por sua vez, destaca que assinala “um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira”.

Nogueira (2010, p. 19) explica que “a partir desse quadro teórico”, eclético e conservador, “ou apesar dele, *Os Sertões* coloca-se como um livro precursor, posto na raiz do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras nos anos de 1930 e 1940”. Trata-se da obra fundamental que afirma a “coexistência de dois países – um litorâneo e adiantado, outro interiorano e atrasado”. Debate que repercutirá nas décadas seguintes, suscitando controvérsias no pensamento político e social brasileiro desde Oliveira Vianna até Celso Furtado³ - dentre outros. Assim, destaca que “foi o primeiro grande

³ Em sua tese sobre o subdesenvolvimento econômico, Celso Furtado pensa o capitalismo brasileiro como um desdobramento da primeira revolução industrial ocorrida na Inglaterra da segunda metade do século XVIII. Trata-se de uma consequência da expansão das economias industrializadas em busca de matérias-primas e mercados, sobre territórios com “sistemas econômicos seculares, de vários tipos, mas todos de natureza pré-capitalista”. Esse contato entre as economias capitalistas e industrializadas favoreceu o surgimento de “estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, e outra, a manter-se dentro da estrutura pré-existente”. Assim, esse tipo de economia dualista caracterizaria “o fenômeno do sub-desenvolvimento contemporâneo”. Portanto, se trata de “um processo histórico autônomo, e não como uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram um grau superior de desenvolvimento”. Finalmente, “as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração”, relações reproduzidas no âmbito dos centros de desenvolvimento interno, entre polos industriais e regiões produtoras de matérias-primas. (MANZATTO, R., SAES, Alexandre M., 2021, Celso Furtado, Intérprete da Dependência, Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 78 abril de 2021). Em Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado (2006, p. 178) destaca que no Brasil, se tem “repetido comumente” que “a causa da agricultura rudimentar está no caboclo”, quando na verdade, “o caboclo é simplesmente uma criação da agricultura de subsistência”. Para ele, a “involução das técnicas de produção e da forma de organização do trabalho” é que favoreceriam sujeitos ou atores sociais como o

livro, com imediato êxito e divulgação, a trazer para a linha de frente do pensamento nacional a indagação das razões do atraso do interior do país e deste país em relação a outros”.

“Os Sertões” contempla três debates que definem o pensamento científico vigente entre os séculos XIX e XX, distintos em três capítulos que instigam a controvérsia: “A terra”, “O homem” e “A luta”. No primeiro se impõe o determinismo geográfico-climático, a seca e a questão da unidade nacional; no segundo o evolucionismo, a mestiçagem e o racismo científico, por fim, a “questão social” expressa no choque entre a modernidade civilizada e o sertão atrasado e apartado. A repressão à “questão social” e a luta de classes será a marca definitiva do padrão de dominação das elites na jovem República oligárquica.

Nessa árdua e ousada empreitada, nota-se o arrojo do autor que dialoga com as ciências naturais e sociais, arroga-se interlocutor dos clássicos da literatura universal e ousa inaugurar um estilo jornalístico inédito no país – a crônica de guerra. A crônica da história como conflito, da potência não realizada, do intelectual comprometido com o devir.

É uma obra eloquente e solene, com todas as suas contradições, imprecisões, equívocos e idealismo. Embora fosse um dedicado e ousado cientista e jornalista, Euclides foi antes de tudo um idealista e nacionalista. Um homem que acreditava à sua maneira enviesada e eclética na ciência, na civilização e no Brasil republicano, positivista, moderno e liberal. Foi um homem do século XIX, mirando e inaugurando o século vindouro. Todos os seus interlocutores, nacionais e estrangeiros, são notórios intelectuais do seu tempo, campo e/ou tradição científica e literária. Lendo “Os Sertões”, espregueia-se Darwin, Spencer, Taine, Gobineau, Ratzel, Montesquieu, Agassiz, Comte, Tolstói, Hugo, Dostoievski, Zola, Homero, Sílvio Romero, para ficar apenas nos mais eloquentes⁴. Celebrado pela crítica e a imprensa da época, Leopoldo de Freitas em 1902 escreve no jornal *Diário Popular*:

caboclo. Isto é, desloca a “questão racial” para o plano material, ou seja, determinadas formações sociais decorrem do antagonismo de novas forças produtivas e as contradições com modos de produção arcaicos.

⁴ Castro Alves, Fagundes Varela, Victor Hugo, Lord Byron e os revolucionários e iluministas franceses como Marat, Danton e Robespierre povoam o imaginário do jovem Euclides e sedimentam a sua formação no Colégio Aquino, conforme Nathália Sanglard (2013). A década de 1870 foi determinante

Para analysar este livro realmente emocional se precisa de empregar o methodo de Taine, do qual o auctor é observador exacto [...]. O realismo da compreensão *tolstoiana* da guerra, isto é, a paixão stoica do paisano, que na humildade do seu viver ninguém julgaria capaz de expluir com uma tenacidade tão heroica [...]. (CUNHA, 1903, p. 12)

O crítico literário Araripe Junior, por sua vez, anota no *Jornal do Comércio* em 1903 que os “romancistas russos Destoiewsky e Maximoff Gorky, o norueguense Hanut Hansen, o belga Mastherlink tem escripto páginas admiráveis analysando esse estado psychico”, referindo-se às suas observações sobre Antônio Conselheiro (Cunha, 1903, p. 47). Declara ainda, que “Dostoiewsky foi um dos maiores, senão o maior dos psychologos das multidões”, e que “Euclides da Cunha” não é apenas “uma alma poética e um psychologo, mas também um sociólogo de boa envergadura” (Cunha, 1903, p. 69).

“Os Sertões” reverbera em Rachel de Queiróz e Graciliano Ramos, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e nos Modernistas à esquerda e a direita – Lima Barreto, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Plínio Salgado, Gustavo Barroso. Espreita-se em suas páginas as grandes questões nacionais que inquietavam os intelectuais do final do século XIX e início do XX: a formação social brasileira – sobretudo, a “questão racial” -, a unidade nacional pela conquista da “*hinterland*” - na forma de legítimo projeto político de integração -, a modernidade, a luta de classes e a “questão social”, conforme a célere ascensão do proletariado. Todavia, trata-se de reflexão à luz do pensamento conservador e autoritário vigente, dialogando com o positivismo, o evolucionismo e o determinismo.

Euclides da Cunha, anos de formação e transformação

Mais tarde o notável escritor deixou S. Paulo e eu lá fiquei por mais anos porque os afazeres me obrigavam e os afetos daquele povo progressista me prendiam. Não nos encontramos mais. Segui-lhe de longe a trajetória que todos conhecemos, parábola fulgente que rápido ascendeu ao ápice e que também rápido declinou, findando nessa morte trágica, que a solenidade presente rememora e as minhas palavras não têm como vos significar a mágoa desoladora. A alma boa, que ele foi e que tão profundamente sabia sentir, merecia certamente do destino outro desenlace na vida que não esse da

para a transformação no pensamento político e social brasileiro. É a da “Escola do Recife” de Tobias Barreto, Farias de Brito, Silvio Romero, Coelho Neto, Graça Aranha, Araripe Júnior, Clóvis Beviláqua, dentre outros.

bala assassina que, matando-o, tisnou-lhe de suspeição até o próprio lar da família. Acima de tudo, antes de tudo, Euclides era um sincero patriota. A nossa natureza ninguém a descreveu com mais verdade nem mais brasileira nem mais legitimamente. O gênio do nosso povo ninguém o compreendeu melhor do que ele.⁵ (Teodoro Sampaio, sobre Euclides da Cunha em 1919, pela passagem dos dez anos da sua morte).

A passagem acima descortina e dimensiona, parcialmente, o que foi o autor e sua obra durante as primeiras décadas do século passado. Figura simbólica da República, foi militar, engenheiro, diplomata, jornalista e escritor, participando como propagandista da campanha republicana com proeminente atuação política e militar. De origem “pequeno-burguesa”, frequenta “a partir de 1886, gratuitamente, a escola militar do Rio de Janeiro”, acessível “para jovens talentosos e sem recursos financeiros” (Zilly, 1996, p. 337). Ventura (1996, p. 275) explica que a “Escola Militar da Praia Vermelha” era o grande “centro de irradiação de ideias positivistas e republicanas”, local em que Benjamin Constant lecionava e promovia tais ideais, ao lado da crescente indisposição entre os militares e a monarquia desde o início da década de 1880 devido a questões relacionadas à abolição, liberdade de expressão, cortes no orçamento e atrasos na promoção de patentes. Assim, Berthold Zilly (1996) destaca:

Desde os anos 70 do século XIX essa escola era um refúgio da modernidade, onde os estudantes podiam adquirir não apenas sólido conhecimento das matemáticas e ciências naturais, mas também considerável formação geral. O influente docente positivista Benjamin Constant (Botelho de Magalhães) via o soldado como “cidadão armado”, com missão civilizatória. Discutia-se nessa escola a respeito de obras e correntes literárias e, igualmente, de mazelas da sociedade e da política brasileiras. Para os jovens da classe média baixa o positivismo caiu como uma luva, uma vez que previa reformas sociais através de especialistas, sem a oligarquia, ainda que não necessariamente contra ela, e, sobretudo, sem as massas populares. (ZILLY, 1996, p. 337)

O projeto conservador-autoritário expressa as tendências da reação burguesa que fundam as Ciências Sociais na segunda metade do século XIX – positivismo, evolucionismo, determinismo. De acordo com o recrudescimento da “questão social” e o acirramento da luta de classes, considerando ascensão do proletariado e do socialismo em oposição à ordem burguesa e capitalista. Corresponde ainda a primazia dos postulados das ciências naturais, desde o final do século XVIII, aplicados às humanidades, sobretudo, o darwinismo. Segundo Netto (2001, p. 43), após a “primavera

⁵ Disponível em: <https://horadopovo.com.br/teodoro-sampaio-e-as-recordacoes-sobre-o-amigo-euclides-da-cunha/>. Acesso em: 13/04/2021.

dos povos” de 1848, a “questão social” “perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada.”

Roberto Ventura (1991, p. 12) aponta que a “geração de 1870 introduziu o Brasil à cultura histórica moderna”, rompendo com a visão romântica e escolástica em favor de uma “visão laica do mundo”.

No Rio de Janeiro, discutiam-se ideias positivistas, como a separação entre a Igreja e o Estado e a superação da religião pela filosofia, em centros de ensino, como a Escola Central, Escola Militar e Escola Politécnica. O ideário anti-absolutista e antiescravista se difundiu, no último terço do século XIX, associado a concepções literárias e científicas de base naturalista. O naturalismo e o cientificismo tiveram, no Brasil, papel semelhante a Ilustração na Europa no século XVIII, ao trazer um saber secular e temporal, afastado das concepções religiosas. (VENTURA, 1991, p. 12).

O debate brasileiro acerca da literatura, história e ciências naturais e sociais se caracteriza tanto pela superação do romantismo e escolástica, quanto pelo nacionalismo em oposição a geração anterior. O traço eclético e o sincretismo teórico que define a produção desse período, corresponde a diversidade de nossa formação social, às aspirações de unidade nacional e do labor literário e científico. Por essa razão o “ensaio literário, histórico e cultural” correspondia a essas aspirações, capaz de articular saberes e teorias distintas, considerando as exigências demandadas pela unidade nacional – territorial, política, econômica e racial. Por fim, Ventura (1991, p. 41) explica que a crítica literária e a história social nortearam-se no Brasil até a década de 1930 pelas “noções de raça e natureza”, conforme se verifica na obra de autores que produzirão de forma prolífica ainda na década seguinte (1940), como Oliveira Vianna, Gustavo Barroso e Gilberto Freyre.

Todavia, cumpre destacar aspectos fundamentais que caracterizam o período anterior a geração de 1870 e a Escola do Recife. Do ponto de vista econômico, político e social, se inscreve no âmbito de três acontecimentos cruciais que marcarão a segunda metade do século XIX: a Lei Eusébio de Queiróz de 1850 que proíbe o tráfico de africanos escravizados para o país, a Lei de Terras, também de 1850 e a Guerra do Paraguai que vai de 1864 até 1870. A primeira é uma das pedras fundamentais do capitalismo brasileiro, estabelecendo as bases para o esgotamento do modelo escravista e a expansão do trabalho assalariado. A outra, assegura a capitalização da terra e os fundamentos jurídicos da propriedade privada – latifúndio. O conflito sul-americano,

por sua vez, enquanto promove a crise econômica e desgasta a monarquia, fortalece política e socialmente os militares e os movimentos republicano e abolicionista na década de 1870⁶.

Suely Queiróz (1987, p. 45) explica que desde os anos 70 do século XIX, há “uma corrente imigratória, a princípio tímida”, que se encaminha para o país, “em especial para São Paulo”. Todavia, “é de 1886 para a frente, quando o escravismo estertorava, que a imigração se intensifica”. Assim, destaca que de “1875 a 1885 entram na província cerca de 42 mil europeus, em sua maioria italianos; em 1887 chegam 32 mil, que no ano seguinte já serão 92 mil”. Claudio Batalha (2000, p. 12) aponta que em 1901, em São Paulo, os trabalhadores imigrantes eram “amplamente majoritários”, havendo até quem dissesse que “nove de cada dez trabalhadores na indústria paulista eram estrangeiros”. Até os anos 1920, após a “grande onda imigratória, os estrangeiros representavam 51% dos trabalhadores industriais em São Paulo e 35% no Rio de Janeiro”.

O amadurecimento dos movimentos abolicionista e republicano na década de 1870, corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas no país, conforme a expansão do modo de produção capitalista, da burguesia liberal e urbana e a imigração europeia. Há a ampliação das fábricas, comércio externo, mercado interno, sistema financeiro e de crédito, burocracia estatal e serviços públicos, comunicação, transportes, urbanização e mão-de-obra assalariada imigrante. Antonio Junior (2020, p. 165) destaca que a expansão cafeeira desde a década de 1860, na região oeste de São Paulo, favoreceu a ampliação da malha ferroviária e a demanda por equipamentos agrícolas, tecnologia e trabalhadores imigrantes, conforme as exigências da substituição da mão-de-obra escravizada pela assalariada e do “aprimoramento da raça” ou o embranquecimento da população, conforme o “racismo científico” vigente.

Assim, aponta como a acumulação de capitais decorrentes do trabalho escravo em São Paulo, pavimentou o desenvolvimento urbano e tecnológico necessário à expansão do capitalismo industrial, concomitante a paulatina substituição do trabalho

⁶ Segundo o censo de 1872, havia cerca de 10 milhões de habitantes, com 15,2% da população escravizada e uma taxa de analfabetismo de 82,3%. FERRARO, Alceu Ravanello, KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. Educação e Realidade. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401>.

escravo pelo imigrante livre. Esse processo se verifica de modo contundente na expansão cafeeira pelo Oeste paulista, acompanhado pela ferrovia desde a década de 1860, conforme a “linha Santos-Jundiaí” aberta em 1867, a “Companhia Paulista de Estradas de Ferro” em 1868 e o “ramal Jundiaí-Campinas em 1872 e Campinas-Itu em 1873”. A linha da “Companhia Mogiana, fundada também em 1872 ampliaria o trecho até os limites do Rio Grande em Minas Gerais, passando por Ribeirão Preto” e a “Sorocabana em 1875 ligaria toda a região de Botucatu”, alcançando em 1877 “a Estrada de Ferro D. Pedro II no Rio de Janeiro”. As companhias de transporte, gás e energia – a *Light*, *São Paulo Railway* e *Gás Company* chegam entre 1886 e 1899. O Liceu de Artes e Ofícios é inaugurado em 1873 e as Escolas Politécnica, Instituto Agrônomo de Campinas e o de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo surgem entre 1887 e 1899. Este será o contexto sociopolítico e econômico em que o jovem Euclides da Cunha completará a sua formação e iniciará a sua atuação política e intelectual.

Com a República, após a instabilidade política gerada pelo fechamento do Congresso por Deodoro em 1891, o jacobinismo de Floriano e a brutal repressão seguida às Revoltas da Armada e Federalista, dá baixa no exército e desencanta-se com o regime. Republicano e positivista radical, logo se frustra com o novo regime, posto que a Constituição de 1891 não assegure as transformações políticas, econômicas e sociais que os intelectuais liberais e o ascendente proletariado aspiravam. Mauro Rosso (2009) explica sobre a ampla frustração com o regime:

José Veríssimo, em — “Vida literária” (revista *Kosmos*, n. 7, 1904), descreve: “Todos se presumiam e diziam republicanos, na crença ingênua de que a República, para eles palavra mágica que bastava à solução de problemas de cuja dificuldade e complexidade não desconfiavam sequer, não fosse na prática perfeitamente compatível com todos os males da organização social, cuja injustiça os revoltava”. Ainda em outubro de 1890, antes do primeiro aniversário do 15 de novembro, desencantava-se Silva Jardim, lamentando em carta a Rangel Pestana: — “Comunico-lhe que parto para a Europa, a demorar-me o tempo preciso a que este País atravessasse o período revolucionário de ditadura tirânica e de anarquia”. — “Esta não é a República de meus sonhos”; lamentou-se Lopes Trovão, um dos próceres do movimento republicano. — “Foi para isso então que fizeram a República?”, protestou Farias de Brito. (ROSSO, 2009, p. 261)

O pensamento de José Veríssimo e o desgosto dos demais protagonistas do movimento republicano dissimula os limites do liberalismo e do republicanismo brasileiro, avesso ao conflito e as rupturas, alicerçado e alinhado à secular ordem estamental-senhorial, subordinado às contingências do capitalismo tardio, dependente e

periférico. Trata-se de “reformatar para conservar”, conforme Florestan Fernandes destaca em 1975, articulando elementos arcaicos e modernos que dinamizam a exploração e intensificam a acumulação, estabelecendo a “autocracia burguesa” como padrão de dominação de classe da revolução burguesa no Brasil.

Quando Euclides da Cunha deixa a carreira militar em 1896, já atuava como jornalista e engenheiro desde 1888 e 1893, respectivamente. Havia estagiado como engenheiro na Estrada de Ferro Central do Brasil (1893) e servido como engenheiro-militar durante a Revolta da Armada (1894). Quando vai a Canudos (1897), como correspondente de “O Estado de São Paulo”, nomeado adido militar do Estado-Maior do Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, pelo presidente Prudente de Morais, já não mais pertencia aos quadros regulares do Exército. Ao longo dessa década de grandes agitações políticas e sociais, corresponde a expansão do modo de produção capitalista e as organizações e lutas do jovem proletariado, pavimentando o desencanto com a República das oligarquias regionais e suas frações agroexportadora (café) e industrial.

Amaral Lapa (1998, p. 38), demonstra como os barões do café e a ascendente burguesia industrial, “se não constituem polos contrários, tampouco há uma identificação linear entre ambos”. Deste modo, destaca que correspondem a “partes que integram o processo de acumulação de capitais, que então adquire novas formas e padrões, o que não impede divergências e conflitos de interesses entre ambos os setores”. Assim, Gorender (1990, p. 11), enfatiza essa articulação – que Florestan denomina como “modernização conservadora” -, esclarecendo como a “burguesia mercantil prospera nas formações sociais anteriores ao capitalismo, enquanto o agente organizador do modo de produção capitalista é somente a burguesia industrial”. Deste modo, nas formações de capitalismo tardio e periférico – como o brasileiro -, ela “pode engendrar-se, em grande parte, na própria burguesia mercantil, como sucedeu no Brasil e outros países, na medida em que certo número de comerciantes investe na indústria e organiza a produção de artigos, que antes se limitava a comprar e vender”.

Entre 1886⁷ e 1896, período de formação de Euclides da Cunha, as organizações dos trabalhadores – associações, confederações, congressos, partidos – se multiplicam,

⁷ De acordo com Walnice Nogueira (2010), a “geração da Escola Militar a que pertenceu Euclides é aquela” que viverá a “renovação de todas as ideias” – da religião à filosofia e as artes, da ordem

sobretudo, nas regiões mais desenvolvidas, situadas na próspera zona cafeeira, comercial, industrial e portuária de São Paulo e Rio de Janeiro. Cláudio Batalha (2000) revela como em Santos (SP), trabalhadores portuários organizam em 1889 o “Círculo Socialista” e, entre 1891 e 1897 mobilizam diversas greves e manifestações na região. Todavia, sobre o amadurecimento político do movimento, destaca:

Como ideologia, professavam um socialismo eclético, marcado por um forte viés cientificista e positivista que caracterizava o socialismo do período da Segunda Internacional, cuja proximidade com a matriz original marxista, era, por vezes, mais simbólica que real – ainda que não deixasse de se remeter a Marx” (BATALHA, 2000, p. 22).

Deste modo, Antonio Junior (2020, p. 164) aponta que “os socialistas buscavam reformas políticas e sociais que pretendiam concretizar através da pressão e da “eleição de seus representantes”. Todavia, o “sistema eleitoral da República Oligárquica, manipulado e controlado pelas elites locais”, impossibilitava “qualquer avanço político dos trabalhadores”. Finalmente, Cláudio Batalha (2000, p. 27) revela como o embrionário operariado do final do século XIX era ainda objeto de disputa entre anarquistas, socialistas, positivistas e o sindicalismo católico, conforme a doutrina social da Igreja, “expressa na encíclica *Rerum novarum* lançada pelo Papa Leão XIII em 1891”.

Koval (1982, p. 82) informa que apenas no “Rio de Janeiro em 1889 funcionavam 14 bancos, 26 companhias industriais por ações, 4 companhias ferroviárias, 3 estaleiros e 12 companhias de outros ramos”. Destaca o protagonismo dos gráficos e tipógrafos, ao lado dos têxteis, ferroviários e trabalhadores das companhias estrangeiras de gás, bonde e navegação. Batalha (2000), Badaró (2009) e Goldmacher (2009) também registram o protagonismo dessas categorias nas organizações e lutas operárias, participando, inclusive, do movimento Abolicionista e Republicano. Segundo Koval (1982, p. 88), foram os socialistas “os primeiros a iniciar a luta pela criação de uma organização política operária”, egressos da “intelectualidade pequeno-burguesa, de operários brasileiros instruídos e também de imigrantes”.

Exemplo emblemático é o supracitado “Círculo Socialista” criado em Santos (SP), com a colaboração de intelectuais da pequena-burguesia como Silvério Fontes e

senhorial-estamental e rural à burguesia liberal e urbana, da monarquia à república, do escravismo ao proletariado.

Sóter de Araújo, ambos médicos e nordestinos – o primeiro baiano, o outro sergipano. Quando faleceu em 1928, Silvério Fontes era filiado ao PCB, após percorrer o caminho do Positivismo ao Socialismo Utópico até o Científico. De acordo com Koval (1982, p. 89), em dezembro de 1889 apresentaram o “Manifesto Socialista ao Povo Brasileiro”, primeiro programa político elaborado por uma organização socialista. Contudo, tal documento só viria a ser publicado em 1902, “um tanto modificado e com o título de Manifesto do Partido Socialista Brasileiro”, exatamente no ano do II Congresso Socialista Brasileiro. O documento publicado em 1902, resulta da principal tarefa estabelecida pelo coletivo socialista fundado em 1889, isto é, organizar um Partido Operário e Socialista Brasileiro. Esse era o ambiente político no Brasil no ano em que foi lançada a obra-prima de Euclides da Cunha, “Os Sertões”, em 1902.

Koval (1982, p. 93) ainda destaca que em 1900, em São José do Rio Preto (SP), “operários e intelectuais democratas das mais diferentes nacionalidades fundaram o Clube Internacional “Filhos do Trabalho”. Assim, anota:

Um dos fundadores do Clube foi o notável escritor brasileiro revolucionário Euclides da Cunha (...). Na primeira reunião do Clube estiveram presentes os ativistas do movimento socialista: Euclides da Cunha, Ambrósio Mascarado, Domingos Ramondino, Francisco Caravolo, Felice Franzi, Horácio Simonetti, Rodrigues Andreotti, Gaspar Passeri, Luiz Procópio e outros. (KOVAL, 1982, p. 94)

O I Congresso Socialista Brasileiro, realizado em 1892 no Rio de Janeiro, tinha entre seus principais objetivos organizar um partido socialista brasileiro, posto que as organizações políticas ainda eram regionais. Dentre esses grupos, estavam a Liga Operária fundada em 1872 e o Partido Operário organizado em 1890 pelo tipógrafo Luís França e Silva (Antonio Junior, 2020, p. 168).

Os tipógrafos tiveram importância decisiva nos movimentos Abolicionista, Republicano e Operário. A Associação Tipográfica Fluminense (1853), de acordo com Badaró (2009, p. 59), foi “uma das primeiras e mais importantes associações mutuais do período”, responsável pela primeira greve operária deflagrada no país na década de 1850. A atuação da categoria junto ao movimento abolicionista era intensa, conforme mantivessem estreita relação com jornalistas, políticos, advogados e intelectuais. Assim, quando da criação da Confederação Abolicionista no Rio de Janeiro em 1883, “uma das

entidades confederadas era o Clube Abolicionista Gutemberg, criado pelos tipógrafos cariocas”.

De acordo com Alonso (2014, p. 127), o movimento abolicionista foi o primeiro movimento social brasileiro. A despeito da reivindicação sobre o início do movimento em 1879, por José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, entre “1868 e 1871” temos um “primeiro ciclo de mobilização antiescravista no espaço público”, surgindo “26 associações antiescravistas, caso da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, de Abílio Cesar Borges, que encetaram ações institucionais, lobby, ações judiciais de liberdade, publicações e manifestações” nos centros urbanos. O fato é que a ação política se fazia preceder pela mobilização da opinião pública e a propaganda antiescravista, movimentando atores políticos, intelectuais, jurídicos, republicanos, positivistas, operários, como Vicente de Sousa, Saldanha Marinho, Antônio Bento, Luís Gama, Silva Jardim, André Rebouças, dentre outros. Conforme Badaró (2009) explica:

Vicente de Souza faz esse percurso do abolicionismo ao socialismo ao lado de militantes tipógrafos, como José Veiga e França e Silva, da conferência abolicionista de 1879 às discussões no interior da Voz do Povo de 1890, das quais participou, assim como das várias tentativas de fundação de partidos operários nos anos seguintes, com as quais sempre esteve envolvido. (BADARÓ, 2009, p. 62).

Para Gorender (1990, p. 21), a “Abolição foi a única revolução social jamais ocorrida na História de nosso país”. Pois, com a extinção da escravidão, “desapareceram também o modo de produção escravista colonial – dominante durante quase quatro séculos – e a formação social escravista correspondente. A profunda transformação na estrutura econômica não deixou de se manifestar na superestrutura político-jurídica”. Assim, destaca:

Com o declínio do modo de produção escravista colonial e ainda nos quadros da formação social escravista, houve, portanto, um desenvolvimento de forças produtivas sob a direção da burguesia industrial emergente. Com ela e o jovem proletariado, nascia o modo de produção capitalista no Brasil. (GORENDER, 1990, p. 14).

No esteio da expansão do modo de produção capitalista, segundo Koval (1982, p. 94), surge em 1º de maio de 1899 em São José do Rio Preto (SP) “O Proletário”. Esse jornal foi o germe que geraria no ano seguinte o Clube Internacional “Filhos do Trabalho”, do qual Euclides da Cunha seria um dos responsáveis pela elaboração do seu

programa. Francisco Escobar, Pascoal Arteze e Euclides da Cunha eram os seus redatores. Com uma “plataforma de reivindicações concretas”, a pauta articulava demandas sociais, econômicas e políticas, desde a proibição do trabalho infantil, pensões e melhorias habitacionais, até a “igualdade de direitos para as mulheres” e “instrução primária gratuita”, “tribunais de arbitragem para a solução de conflitos entre operários e empresários”, “nacionalização do crédito” e a “utilização das riquezas da igreja para atender as necessidades sociais”. Deste modo, destaca:

Como se evidencia pelo exposto, o programa do Clube Internacional “Filhos do Trabalho” não colocava a questão da eliminação do capitalismo; nenhuma das suas reivindicações não saía dos limites do reformismo progressista democrático burguês. Eis porque Euclides da Cunha e outros socialistas reformistas brasileiros, que eram cerca de 1000, devem ser chamados com mais propriedade de democratas revolucionários. E apesar de muitos deles se considerarem “discípulos de Marx”, ainda assim não o eram no sentido pleno da palavra. Alguns deles só posteriormente tornaram-se marxistas. Quanto a Euclides da Cunha, este chegou bem perto do socialismo científico, mas até os últimos dias de sua vida não se libertou dos pontos de vista utópicos. Apesar disso, a contribuição de Euclides da Cunha à história do movimento operário revolucionário é bastante significativa. Ele foi encarregado pelo Clube, de escrever um manifesto especial em comemoração ao 1º de Maio de 1901. (KOVAL, 1982, p 95)

Essa transição do Positivismo para o Socialismo Utópico em direção ao Científico é notória em Euclides da Cunha, culminando com o contundente artigo publicado em “O Estado de São Paulo” de 1º de maio de 1904, intitulado “Um velho problema”. Assim, denuncia como um “roubo” a apropriação pela burguesia dos meios de produção e do trabalho:

A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda coligados, as produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irredutível: - a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. E um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação. Não se pode negar a segurança do raciocínio. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1º de Maio de 1904)

Prossegue, portanto, constatando que a “exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina”. Finalmente, sentencia que a “revolução não é um meio, é um fim”, asseverando que o “triunfo” dos trabalhadores é “inevitável”. A obra de Euclides, embora repleta de controvérsias e equívocos, é ao mesmo tempo inovadora, na medida em que inaugura o regionalismo, a crônica jornalística de denúncia e a análise dos problemas sociopolíticos brasileiros na perspectiva científica.

Segundo Antonio Junior (2020, p. 76), o “Euclides que chega a Amazônia e escreve “A margem da História”, o prefácio de “Inferno Verde” de Alberto Rangel e “Contrastes e Confrontos” entre 1907 e 1909”, é aquele que em 1º de maio de 1904 já havia publicado em “O Estado de São Paulo” o famoso e supracitado artigo “Um velho problema” – seguindo do socialismo utópico em direção ao científico. Entre o homem que vai a “Canudos e o da Amazônia”, no esteio do recrudescimento da luta de classes e da “questão social”, de acordo com o desenvolvimento do capitalismo, a urbanização e o antagonismo entre capital e trabalho, “a luta de raças cede à luta de classes”, na medida em que o jornalista “amadurece em contato com a realidade brasileira”. A ruptura, decorrente da decepção com a República se completa e aprofunda-se diante da “constatação do abandono e da repressão estatal em relação à “questão social”, tanto no sertão contra camponeses, quanto nas cidades contra a classe trabalhadora”.

Embora não haja consenso sobre a participação efetiva de Euclides em manifestações ou organizações dos trabalhadores em São José do Rio Pardo, tal não é o mais importante. Importa saber que desde 1888 suas publicações já demonstram vivo interesse pelos escritos dos socialistas utópicos, de Proudhon que adota como pseudônimo, passando por Saint-Simon, Fourier e Blanc, culminando em Karl Marx, “pois, foi, realmente com este inflexível adversário de Proudhon que o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva”, conforme anota no celebrado artigo supracitado⁸.

Nesse contexto de expansão da indústria, imigração e do proletariado, sincretismo ideológico, ecletismo teórico, grandes transformações, agitações, conflitos e lutas que atravessam as décadas de 1880 e 90, é que o jovem tenente-engenheiro e jornalista Euclides da Cunha forma-se e se desencanta com o Exército e a República que ajudara a estabelecer. A despeito das incertezas quanto a sua participação efetiva em organizações proletárias entre o final do século XIX e o início do XX, é inquestionável que participou de forma intensa da vida política e intelectual do país nesse período, acompanhando de perto desde as lutas do movimento abolicionista e republicano, até as operárias e socialistas, partindo do pensamento conservador e utópico ao científico, amadurecendo da luta de raças à luta de classes, conforme a reprodução do capitalismo e a intensificação da luta de classes.

⁸ “Um velho problema”. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/contrastes-e-confrontos/um-velho-problema/>.

“Os Sertões”: luta de classes, raças e “questão social” na tradição conservadora e oligárquica.

Lançado em 1902, “Os Sertões” foi escrito de forma criteriosa por Euclides da Cunha enquanto exercia o ofício de engenheiro civil em São José do Rio Pardo, interior de São Paulo, cidade em que redigirá a maior parte da obra entre 1898 e 1901⁹. Embora haja diversos relatos sobre a sua participação na mobilização e organização do jovem operariado, sobretudo, no interior paulista, conforme documentos e inúmeros artigos indiquem às suas inclinações para o socialismo, no período em que escreve “Os Sertões”, paradoxalmente, o faz no método Positivista de Taine, Determinista e Evolucionista de Ratzel, Spencer e Darwin¹⁰.

Pode-se levantar algumas hipóteses em relação a isso. Uma delas é que apenas o Positivismo, Determinismo e Evolucionismo eram considerados ciência, o Socialismo, tal qual o Liberalismo, era tratado como uma doutrina filosófica, política e social. Na tradição burguesa, a ruptura entre o trabalho manual e o intelectual, manifesta-se também na separação entre teoria (ciência) e práxis (política). Outra é que o Socialismo que chegava ao Brasil no final do século XIX e início do XX, não era o científico elaborado por Marx e Engels, antes o utópico dos idealistas, mutualistas, cooperativistas, libertários, reformistas, individualistas, etc. Socialismo eclético e superficial, ia de Saint-Simon à Proudhon, passando por Fourier, Blanc e Owen. Por essa razão, até 1904, seus artigos e escritos políticos se alinham ao socialismo utópico,

⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx1410200214.htm>.

¹⁰ Rosso observa: “As interpretações controversas vão de Francisco Venâncio Filho – que assevera ter Euclides fundado na cidade o partido socialista, a 1º de maio de 1901 –, o biógrafo Eloy Pontes – que coloca Euclides à frente de comícios socialistas –, o escritor Silvio Rabelo e o jornalista e político Freitas Nobre – que afirmam ter Euclides redigido o manifesto de fundação do partido socialista riopardense, no qual acentuava — (...) “festa exclusivamente popular, ela se destina a preparar o advento da mais nobre e fecunda das aspirações humanas, a reabilitação do proletariado pela exata distribuição da justiça, cuja fórmula suprema consiste em dar a cada um o que cada um merece” (...) – o escritor e político Abguar Bastos – que sustenta até ter Euclides fundado com Francisco Escobar e Paschoal Artese o “Clube Os Filhos do Trabalho” e reitera sua autoria no manifesto de 1º de maio de 1901 - o poeta e escritor Menotti del Picchia – que retrata — (...) “um cortejo encabeçado por estandartes de corporações de artesãos, grupos de proletários cantando hinos, bandas de música e homens de prol à testa da parada, em que se destaca um orador falando àquele grupo de trabalhadores, Euclides da Cunha, que já no manifesto de primeiro de maio de 1901 marca o encontro de seu autor com ideias que estão imanentes em toda sua obra”. (ROSSO, 2009, p. 268)

com reivindicações vagas, reformistas, moralistas, tangenciando a luta de classes, o antagonismo entre capital e trabalho e a superação do capitalismo. Ao passo que seus escritos “científicos”, até o lançamento de “Os Sertões” em 1902 seguem condicionados pelo predomínio das teses Positivistas, Deterministas e Evolucionistas vigentes no ambiente conservador, autoritário e elitista intelectual e acadêmico.

Assim, nesta perspectiva, busca de forma inédita, mesclando discurso literário e científico, descrever e analisar em rigoroso esquema hierárquico a relação entre natureza (“A terra”), raça (“O homem”) e sociedade ou história (“A luta”) no sertão baiano. Deste modo, destaca teorias que ligam o homem à terra e ao clima, denuncia a tragédia da seca e o meio inóspito, a ação humana sobre a natureza, o distanciamento ou separação entre o litoral civilizado e o sertão bárbaro, a pretensa mistura nociva entre as três raças que compõe o povo brasileiro, a inferioridade das “sub-raças” – negros, indígenas e mestiços - em relação ao europeu branco, a opressão do latifúndio e do messianismo e, por fim, a brutalidade da repressão estatal contra a “questão social” em estado bruto e primitivo no sertão baiano.

A visão Euclidiana sobre o sertanejo, de acordo com Antonio Junior (2020, p. 57), “é uma mistura complexa e contraditória de idílio com aberração”. Ora enfatiza as suas qualidades, afirmando que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, ora os rebaixa a “patricios retardatários”, sujeitos “retrógrados, não degenerados”, isto é, um “tipo fisicamente forte de evolução psíquica em desenvolvimento”. Euclides “oscila o tempo todo entre a admiração solene e a repulsa, refletindo o duro embate entre as suas teses mais caras e a realidade contraditória em que a “questão social” se avulta diante da República”, pairando a tragédia inelutável do progresso à ferro e fogo sobre as populações marginalizadas.

Diante da “questão social” que se impõe, sentencia: “Requeriam outra reação. Obrigavam-nos a outra luta. Entretanto, enviamo-lhes o legislador “Comblain”, e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador – à bala” (Cunha, 1984, p. 121). À realidade em estado bruto, constata que a despeito do misticismo rude, eram “fragílimos àqueles pobres rebelados”. Resignado no evolucionismo social e no positivismo, crê firmemente que o progresso das raças e civilização é inexorável e intransigente, exigindo contra o atraso, a miséria e o abandono, “que saíssem da barbárie em que

escandalizavam o nosso tempo” e adentrassem à civilização nem que fosse “a pranchadas” (Cunha, 1984, p. 150).

No capítulo “O Homem”, destaca os três tipos étnicos que constituiriam “a gênese das raças mestiças no Brasil”, indicando que o europeu seria o “fator aristocrático de nossa gens”, construindo rigorosamente “uma hierarquia entre os tipos humanos”. Nesse processo de catalogação, Cunha (2003, p. 39) busca as origens do “*homo americanus*”, espécie nativa das Américas em oposição ao “*homo afer*” africano, produto de tribos bárbaras e terras inóspitas, cuja seleção natural se dava “pelo exercício intensivo da ferocidade e da força”, o elemento nocivo na mistura de raças, conforme a comparação entre sertanejos e mulatos. O índio, elemento “inferior” do sertanejo no cruzamento com o português, seria superior ao negro, posto que era capaz de adaptar-se e dominar a natureza. Entretanto, salienta que é “o mestiço – mulato, mameluco ou cafuz -, menor que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores” (Cunha, 1984, p. 62).

Atento as relações sociais – não apenas as raciais -, demonstra que os camponeses e vaqueiros “são servos dos fazendeiros”. Expõe a ordem senhorial arraigada naquela sociedade, em que a relação servil do engenho persiste, marcada pela exploração do homem e da terra, em que a dominação forja vínculos de lealdade e dependência indissociáveis, assentados na tradição, poder econômico e na violência. Assim, revela que “submissos, presos ao senhor e a terra – cuidando dos rebanhos e terras que não lhe pertencem. Fiéis, entregam-se à servidão que são incapazes de avaliar – “contrato que ninguém escreveu ou sugeriu” (Cunha, 1984, p. 71).

“Os Sertões” é a síntese da eclética visão científica euclidiana, conforme a efervescência intelectual, social e política do período, manifesta na formação acadêmica das Escolas Politécnica e Militar da Praia Vermelha, frequentadas entre 1885 e 1892, postas à prova em 1897 diante do “Brasil real” com os seus vastos sertões, profundas contradições, grandes “contrastos e confrontos” – parafraseando seu livro de 1907. O homem que retorna de Canudos não é o mesmo que partira meses antes do Rio de Janeiro, impregnado pelos ideais e teorias das escolas francesa e inglesa que predominavam nos ambientes políticos, culturais e militares. Canudos constituirá a sua

ruptura definitiva com a República e o Exército, diante do jacobinismo republicano que grassava no Exército florianista.

Representará para Euclides o processo incessante de revisão da República idealizada nos centros urbanos, de acordo com os postulados burgueses e liberais franceses e ingleses, confrontada à realidade sertaneja de “três séculos de atraso” constatada em Canudos. Segundo Ventura (1996, p. 285), sua “crítica a República trazia implícita a revisão de suas próprias posições políticas, marcadas pela adesão a um conjunto de crenças científicas e filosóficas, que se materializaram no movimento republicano”.

Como jornalista, faz da pena e da prensa tribuna política, ampliando o rol de interlocutores – científicos, literários, políticos, sociais. Sua produção é prolífica, publicando em diversos periódicos como “Democracia” no Rio de Janeiro entre 1890/91 e desde 1892 em “O Estado de São Paulo”, escrevendo o famoso artigo de 1904 celebrando o 1º de maio, o quarto estado e o socialismo¹¹. Em 1897 redige “A nossa Vendéia”, sobre o movimento de Canudos, sendo convidado pelo periódico a acompanhar o conflito e escrever uma série de reportagens. É a partir dessa experiência que desenvolve a sua obra-prima “Os Sertões”.

Após a segunda Revolta da Armada de setembro de 1893 a março de 1894, quando atuou como tenente e engenheiro-militar, desgostoso com a carreira no exército, afasta-se e cumpre estágio na Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) até solicitar licença em 1895 e reforma no ano seguinte. Como engenheiro-civil licenciado do Exército, atua “desde 1895 na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo”¹². É dessa época ainda, a sua tentativa mal sucedida de ingressar como docente na recém-inaugurada Escola Politécnica de São Paulo, após polêmicas com o seu diretor, Antônio Francisco de Paula Souza, a despeito do seu enorme prestígio nos meios políticos e acadêmicos, como atestam as indicações de Theodoro Sampaio, Garcia Redondo, Henrique Coelho, Cardoso de Almeida e Ramos de Azevedo (Santana, 1996).

¹¹ Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/cronicas/dia-a-dia/#OESP1maio1892>.

¹² Até 1904 trabalhará como engenheiro em São Paulo, em diversas regiões do estado. Essa fase da vida de Euclides o permite ter contato direto com a massa de trabalhadores livres e o surgimento da classe operária, fortemente influenciada por tendências anarquistas e socialistas, sobretudo, nos dois grandes centros urbanos do país, São Paulo e Rio de Janeiro – em São Paulo trabalha na baixada santista e interior (Antonio Junior, 2020, p. 75).

Quando vai à Canudos como correspondente de “O Estado de São Paulo”, espera defrontar-se com uma conspiração de restauração monarquista, conforme reverberado pela imprensa e o governo; se choca com a “questão social” mais arcaica e brutal que devasta o sertanejo - “Canudos era um hiato, isolada no tempo e no espaço, permitindo um recuo na história da civilização à barbárie” (Cunha, 1984, p. 328). O impacto causado pelo contato com essa atroz realidade, repugna a sua humanidade ilustrada e republicana. Chamará a sua obra de “livro vingador”, definindo a campanha militar vitoriosa, “na significação integral da palavra, um crime”.

Canudos não era, porém, um simples ajuntamento de fanáticos religiosos, camponeses miseráveis ou bandoleiros nômades. A época era a segunda maior cidade da Bahia, atrás apenas de Salvador, com cerca de 5,2 mil casas e em torno de 25 mil habitantes¹³. As relações sociais eram comunitárias, “numa espécie de coletivismo místico”, que Euclides (1984, p. 110) chamará de “coletivismo tribal dos beduínos”. Assim, tudo no arraial “consistia em apropriação pessoal apenas de objetos moveis e das casas, comunidade absoluta da terra, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua cota-parte, revertendo o resto para a companhia” (Antonio Junior, 2020, p. 63). Nogueira (2010, p. 28) explica que embora “não fosse propriamente uma comunidade igualitária”, pois, havia distinção nas casas entre moradores mais prósperos - caso comerciantes e da cúpula que cercava o Conselheiro - e os camponeses mais pobres. Contudo, inexistia a “propriedade privada da terra”, qualquer um que lá chegasse “podia erguer seu barraco sem pagar nada a ninguém”.

O arraial foi se desenvolvendo nas terras da fazenda de Garcia D'Ávila. Segundo Walnice Nogueira (2010), esta propriedade alcançava 260 léguas, ou seja, mais de 1 mil quilômetros de extensão. Herança das capitânicas hereditárias e sesmarias, a Lei de Terras de 1850 apenas perpetuaria a tradição das grandes propriedades, de um lado reconhecendo e revalidando sesmarias e outras concessões do governo Geral ou Provincial, de outro, proibindo as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Assegurando, assim, as bases da propriedade privada - fundamental ao capitalismo e o processo de espoliação do trabalhador -, monetarizando a terra,

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1810199918.htm>

inserindo-a na ordem do mercado de capitais, constringe juridicamente o seu acesso aos trabalhadores e ex-escravos, sedimentando as bases para o latifúndio.

Após quatro expedições militares, reunindo Exército e forças policiais locais, o saldo foi uma hecatombe, segundo Euclides (1984, p. 327) aquilo “não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança”, um massacre inaudito em nossa história. Algo próximo, talvez, em termos de brutalidade, covardia e infâmia, do que ocorreu na Guerra do Paraguai – com os massacres de Los Niños, Piribebuy e o saque de Asunción -, na Revolta Federalista e no Contestado. Antonio Junior (2020) destaca:

As denúncias contra as atrocidades cometidas pelo exército brasileiro em Canudos foram amplamente divulgadas, não apenas por Euclides da Cunha no seu “livro vingador”, Os Sertões. Foram muitas as testemunhas e os registros das inúmeras violências cometidas pela tropa contra a população de Canudos, sobretudo contra mulheres, crianças e idosos. Na sua sanha brutal e ensandecida, ninguém foi poupado, e todas as formas mais perversas de violência foram utilizadas. Conforme Cunha (198, p. 327) relata, a “repressão tinha dois polos – o incêndio e a faca”. (ANTONIO JUNIOR, 2020, p. 70)

Embora não tenha se rendido, conforme Euclides da Cunha revela, resistindo bravamente até o fim contra milhares de soldados, a guerra de destruição empreendida pelo Exército brasileiro arrasou o arraial e seu povo. A destruição levada ao sertão pela tropa republicana é emblemática das guerras da Antiguidade, tal como os romanos empreenderam em Cartago ou os gregos em Troia – exterminando, estuprando, escravizando, saqueando, destruindo, incendiando. Diante disso, Euclides da Cunha (1984, p. 328) constata que apesar “de três séculos de atraso os sertanejos não os alcançava em tamanhas barbaridades”, referindo-se à tropa republicana, representante dos elevados valores da civilização, posto que “a história não iria até ali”, tampouco “a correção dos poderes constituídos”, assegurando a “consciência da impunidade”, de modo que a “animalidade primitiva contida pela civilização ressurgiu”.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados. (CUNHA, 2003, p. 351)

O conflito de Canudos passou à história como “Guerra de Canudos”. Do ponto de vista da duração das hostilidades – 11 meses -, do número de vítimas fatais – estima-

se em 25 mil o número de mortos, 5 mil militares e 20 mil civis -, da mobilização de recursos bélicos e contingentes militares entre soldados do exército e forças policiais é justo considerar os acontecimentos como uma guerra. Todavia, quando se pensa que todo esse aparato bélico, algo entre 10 e 12 mil homens - considerando que o efetivo do Exército entre 1896 e 97 era de aproximadamente 25 mil - foi mobilizado contra um povoado de pouco mais de 20 mil camponeses rústicos, pobres, despreparados e muito precariamente armados, seria mais apropriado denominar tal evento como um massacre, exatamente como Euclides da Cunha registrou, dentre outros cronistas e testemunhas¹⁴.

Finalmente, é importante destacar que o massacre de Canudos se insere em um contexto de afirmação da recém-inaugurada República, jacobinismo florianista, autoafirmação do Exército em relação à Armada, temor de um novo movimento Federalista no Nordeste. Por outro lado, é emblemático da tradição autoritária que estabelece a repressão aos trabalhadores e movimentos populares, consagrando o enfrentamento a luta de classes e a “questão social” como o padrão de dominação da burguesia brasileira. De Palmares a Canudos, do Contestado ao movimento operário, do Estado Novo à ditadura de 1964, de Eldorado dos Carajás ao Pinheirinho, a história da luta de classes no Brasil segue pavimentada de sangue e cadáveres, assumindo contornos históricos relativos, que vão desde o paternalismo autocrático do império até a república oligárquica, passando pelo populismo antidemocrático e a ditadura militar até a democracia de elites – patrimonialista e conservadora -, conforme a raiz histórica senhorial-escravocrata, estabelecida no âmbito do capitalismo tardio, dependente e periférico.

Ianni (1986, p. 29) indica que o traço essencial das revoluções burguesas latino-americanas “é a dominação sem hegemonia”. Isto é, assenta-se em um padrão em que a dominação se dá “pela força da violência e não pela eficácia da persuasão”. Portanto, ignora interlocutores que representem o conjunto da sociedade, sobretudo, as massas proletárias e camponesas. Por isso o Exército cumpre papel fundamental na “construção do perfil da nação burguesa”, conforme a tradição autoritária brasileira encontra “raízes profundas na instituição militar, braço armado das classes dominantes

¹⁴ Antonio Junior (2020, p. 71) destaca que o historiador José Calasans Brandão da Silva, “nos fala sobre Júlio Procópio Favila Nunes do jornal “A Gazeta de Notícias” (RJ), Manuel Figueiredo e Alfredo Silva do “A Notícia” (RJ), Lelis Piedade do “Jornal de Notícias da Bahia”, além de Manuel Benício pelo “Jornal do Comércio” também do Rio de Janeiro. Ver em: CALASANS, José. Favila Nunes, repórter em Canudos. 1991. Disponível em: <http://josecalasans.com/bibliografiacanudense.html>.

desde os tempos do Império, passando pela República e o Estado Novo, até a ditadura civil-militar de 1964, cujos efeitos nefastos reverberam e se reificam na sociedade” (Antonio Junior, 2020, p. 265).

Conclusão

Como um libelo irresistível e implacável, Euclides transforma a sua obra em uma denúncia e retratação histórica diante da infâmia pelo crime hediondo, semelhante ao “*J’Accuse*” de Émile Zola de 1898. Embora não utilize a categoria “questão social”¹⁵, destaca que o problema do sertanejo é “civilizatório” – a crença Positivista supõe a civilização como barreira ou antídoto capaz de conter a barbárie -; cumpre à República, portanto, levar ações civilizadoras, isto é, a ordem liberal e republicana ao sertão – não canhões, fuzis e baionetas.

Assim, “era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões”, posto que “havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente”, com o objetivo de “trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários”. (Cunha, 1984, p. 302).

Ao final da campanha vitoriosa, abalado o idealismo republicano, Euclides passará os próximos cinco anos organizando todo o material de pesquisa que acumulou em campo, digerindo suas impressões, amadurecendo as ideias à luz do tempo e do debate com interlocutores diversos – jornalistas, cientistas, militares, políticos, geógrafos, médicos, escritores, filósofos, engenheiros. Depara-se com a tibieza política, incapaz de perceber o “traço superior do acontecimento”. Espécie de “afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmo-las, corrigirmo-las ou anularmo-las. Não entendemos a lição eloquente” (Cunha, 1984, p. 212). Nesse sentido, sentencia que “o que era preciso combater – a todo o custo - e vencer não era o jagunço, era o deserto” (Cunha 1984, p. 293). O deserto da ignorância, abandono, miséria e barbárie. Um tal deserto “entre duas sociedades, de todo alheias uma à outra”, cuja “separação social completa dilatava a

¹⁵ Conforme a utilize em diversos artigos publicados em “O Estado de São Paulo”.

distância geográfica”; criando assim, “a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria” (Cunha, 1984, p. 300). Canudos sedimentava “nove anos de vida em que se adensavam três séculos de barbárie” (Cunha, 1984, p. 302).

O contraste entre o sertão e o litoral, a civilização e a barbárie, o homem branco e o mestiço, o arcaico e o moderno atravessam toda a obra de Euclides da Cunha e esse “choque de civilizações” ou culturas dissimula a luta de classes e a “questão social” por detrás do cientificismo, nacionalismo e idealismo exacerbados. Inerente ao capitalismo, a “questão social” é, todavia, anterior a ele, remontando aos séculos XV e XVI, conforme Marx¹⁶. A “questão social” com que se depara é algo que ele identifica como alguma coisa de séculos passados, resquícios da colonização abandonados às portas do século XX.

As contradições entre novas forças produtivas e relações sociais de produção anteriores, reverberam na superestrutura, estabelecendo novos arranjos sociopolíticos correspondentes as formas atuais de reprodução do capitalismo. Assim, os “contrastes e confrontos” latentes explodem no choque entre duas realidades contraditórias, dois Brasis completamente apartados e distintos, conforme a convicção arraigada na cruzada civilizadora da ordem e da ciência sob a tutela do Estado nacional. Deste modo, Foot Hardman (1996, p. 294) destaca que a “obra civilizatória, dado o eterno drama do choque de temporalidades culturais, significa também, um processo irrefreável de fabricação de desertos”.

Tragédias indescritíveis que ultrapassam o tempo e o espaço em nome do progresso e da autoridade - e unidade - nacional. Ou como indica Nogueira (2010), é a obra fundamental na denúncia sobre “o que a modernização faz aos pobres, atormentando-os de tal maneira que seu mundo” – o arraial de Canudos -, “que tinha tudo para ser o paraíso no qual aguardariam o Juízo Final, se metamorfoseia no seu

¹⁶ Segundo Marx: “Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e paupers. A legislação os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam”. (MARX, 1996, p. 356).

contrário, ou seja, no inferno”. Canudos acabou-se em chamas, enxofre e cinzas por obra do Exército em nome da República. Renascido das cinzas em 1910 – um ano após a morte de Euclides da Cunha -, o povoado reconstruído pelos herdeiros dos antigos moradores foi engolido pelas águas do açude de Cocorobó em 1969, construído pela ditadura conduzida pelos militares desde 1964, infeliz coincidência que sejam os artífices e protagonistas das grandes tragédias contra o povo brasileiro¹⁷.

Revista CONVERGÊNCIA CRÍTICA

¹⁷ <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/euclides/capitulo-4.php>